

O formato UNIMARC no quadro da cooperação
internacional: perspectivas actuais

por
Fernanda Maria Guedes de Campos (1)

Resumo:

Apresentam-se as perspectivas actuais, sobretudo no âmbito da Comunidade Europeia, para a utilização do formato UNIMARC em projectos colectivos de um formato único e referem-se as linhas de acção para desenvolvimento, manutenção e implementação do formato UNIMARC sob a responsabilidade do Comité Permanente do UNIMARC, recentemente criado sob os auspícios da IFLA.

"Les formats sont des outils informatiques qui évoluent avec la technique ... la normalization par contre est le résultat logique d'une requête intellectuelle." (2)

O formato UNIMARC é usado em Portugal, como formato nacional do tipo MARC desde 1987. Divulgado sob a responsabilidade da Biblioteca Nacional, primeiro através de um "Manual de Operações UNIMARC" (1986) e posteriormente pela publicação da edição oficial em língua portuguesa do "Manual UNIMARC" (1991, reportando-se já à 2ª edição do UNIMARC Manual de 1987), o formato UNIMARC é a estrutura da PORBASE e das bases de dados locais que implementam a aplicação PORBASE, desenvolvida pela Biblioteca Nacional sobre o programa Mini-Micro CDS/ISIS da UNESCO.

O esforço de divulgação e de implantação do formato não se ficou, porém, por aquelas duas publicações. A Biblioteca Nacional tem organizado nestes últimos 5 anos inúmeras acções de formação cujo objectivo é dar a conhecer o formato, familiarizando, ao mesmo tempo, os profissionais da informação com a estrutura da aplicação PORBASE a fim de permitir, por um lado, a aquisição dos conhecimentos necessários para assegurar a passagem do catálogo manual para o automatizado e por outro lado, o interesse pela

-
- (1) Directora de Serviços de Coordenação Biblioteconómica da Biblioteca Nacional
Chair, IFLA Permanent UNIMARC Committee
- (2) Beaudiquez, Marcelle - Nouvelles techniques, nouvelle normalisation: une évolution pour des nouveaux besoin In: Library automation and networking: new tools for a new identity / European Conference 9 - 11 May 1990, Brussels; ed. by Herman Liebaers and Marc Walckiers . - Munchen [etc]:

cooperação na PORBASE, entendida como Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas.

A adopção do formato UNIMARC por instituições tão diversas que abrangem bibliotecas públicas, centros de documentação especializados, bibliotecas universitárias, por exemplo, quer de grande quer de pequeno porte, leva-nos a estabelecer algumas linhas de reflexão: a falta de um formato nacional já institucionalizado e a grande divulgação da descrição bibliográfica de tipo ISBD justificam, de certa forma, a popularidade do UNIMARC. No primeiro caso porque não houve necessidade de "mudar de sistema" (entendido aqui como o conjunto formado pelo formato, propriamente dito, e pelo equipamento e programa de suporte); no segundo, porque o formato UNIMARC reflecte em grande medida a normalização da IFLA e a sua estrutura é, claramente, semelhante à da ISBD. O factor mudança mais uma vez estava ausente, propiciando uma desejável continuidade ao processamento bibliográfico instituído nas bibliotecas e tornando mais fácil a passagem do contexto manual para o automatizado, sem perda de qualidade e de normalização.

Outros factores contribuem também para esta rápida integração do UNIMARC na prática biblioteconómica portuguesa, o principal dos quais é o suporte e apoio que a PORBASE e a Biblioteca Nacional lhe conferiram. É que, como se sabe, o formato UNIMARC foi primeiramente concebido como formato de troca de e para formatos nacionais já existentes, com o objectivo de facilitar a permuta de informação e a partilha de recursos, sobretudo entre agências bibliográficas nacionais. Esta perspectiva se, por um lado, lhe confere grande amplitude e flexibilidade de soluções mercê do contributo dos vários países que colaboraram na sua feitura, por outro lado, não deixa de lhe dar características de "formato teórico" que não é possível utilizar para entrada directa de dados mas apenas para transformar dados já existentes.

A experiência portuguesa foi, a muitos títulos, pioneira e veio provar à sociedade que o formato UNIMARC também pode ser um formato de registo de dados, e mais: pode ajudar a implementar procedimentos normalizados, do ponto de vista biblioteconómico e também informático, levando, a curto prazo, à formação de bases de dados locais e/ou partilhadas que podem comunicar entre si e atingir o tão desejado aproveitamento de recursos de informação.

A primeira vista, pareceria não haver muito mais a acrescentar acerca da importância do formato UNIMARC. O objectivo, porém, desta comunicação é abordar o formato UNIMARC no quadro da cooperação internacional, divulgando as tendências actuais de expansão e consolidação do UNIMARC de que Portugal e a PORBASE, em particular, têm vindo a beneficiar especialmente.

Se o formato UNIMARC foi concebido pela IFLA para formato internacional de troca, como atrás referimos, a sua função "internacional" é, sem dúvida, a mais determinante e está pressuposta desde início. Vejamos, no entanto, como nestes últimos anos se alterou o conceito de "cooperação internacional" e em que medida é importante o papel que o UNIMARC representa nesse cenário.

O factor de mudança mais visível foi, sem dúvida, o Plano de Acção para as Bibliotecas, no âmbito das Comunidades Europeias.

Efectivamente, a organização e a implementação de linhas de acção destinadas a encorajar projectos de cooperação europeia, específicos para bibliotecas e com uma tónica acentuada na Normalização, nas Novas Tecnologias, na Partilha de Recursos e na maior e melhor circulação e difusão de informação, vieram proporcionar uma motivação mais forte para a adopção de soluções técnicas mais consentâneas com um quadro internacional.

Se é verdade que, cada vez mais, os diferentes sistemas podem comunicar entre si e que o desenvolvimento de protocolos de comunicação permite uma maior permeabilidade no fluir da informação também não é menos verdade que a forma em que essa informação se apresenta deverá ser o mais uniforme e normalizado possível sob pena de, na transferência de dados, se perderem dados importantes ou se registar informação ininteligível fora do seu contexto de origem.

É, nesta perspectiva, que o interesse pela adopção de um único formato ganhou contornos e se tornou quase imprescindível nos pressupostos de base dos mais importantes projectos. Trata-se, no fundo, de uma análise realista sobre as implicações em custos/benefícios daquela conhecida dicotomia: formato ou formatos.

Os benefícios têm-se apresentado muito superiores no caso de utilização de um formato único de comunicação. Os mais importantes são:

- A abertura de um mercado potencial para troca de registos, de forma a que o mesmo documento possa ser catalogado uma única vez e o seu registo tornado disponível para quem dele necessite.

Com um formato único os problemas de conversão não se põem com tanta acuidade e a comunicação entre sistemas torna-se mais simples de estabelecer, logo menos dispendiosa.

Quando se analisa a questão dos custos da catalogação própria ou da partilha de recursos, a existência de um formato único facilita a opção pela partilha pois catalogar de novo torna-se mais caro do que utilizar um produto já feito. Se o formato não é o mesmo, a opção que se coloca é a de duplicar tarefas pois o custo do registo depois de múltiplas conversões (com as previsíveis percas de informação) torna-se muito superior.

O objectivo último que é a cooperação fica assim irremediavelmente comprometido e cada biblioteca, no seu isolamento, não colhe os benefícios que o diálogo e a partilha de informação com outras lhe poderiam propiciar. Parafraseando o "mote" tão conhecido, é a apologia do "orgulhosamente sós" ou a apreciação desconfiada de que "antes sós que mal acompanhados".

- A racionalização do mercado de "hardware" e "software" porquanto os vendedores tenderão também a procurar soluções normalizadas de acordo com o formato para alargar o número dos seus potenciais clientes, em vez de se aplicarem em desenvolver soluções próprias para cada um deles.

É, claramente, um benefício sobretudo para bibliotecas que pensam na automatização pela primeira vez ou que pretendem mudar de sistema. Num contexto internacional permite-se que sistemas diferentes no mesmo país ou em diferentes países comuniquem entre si com maior facilidade e com custos mais reduzidos.

- A simplificação da formação do pessoal adscrito às bibliotecas e a consequente facilidade de contratar pessoal qualificado.

Este motivo pode parecer dispiciendo, no entanto, na perspectiva da gestão de recursos humanos ele é muito importante. Com efeito, num ambiente em que tendencialmente se evolui para um formato único, como é actualmente o caso na Europa, os programas de formação tenderão a pôr em evidência a necessidade de adquirir conhecimentos sobre esse formato. Consequentemente, quer quando se contrata ou treina pessoal quer, noutra perspectiva, quando o próprio pessoal pretende transferir-se, há sempre uma base de conhecimentos imprescindível que já está adquirida e que facilita o funcionamento dos serviços para além de diminuir as despesas inerentes à formação contínua.

As três grandes linhas de motivação que aqui apontamos são, na actualidade, suficientemente fortes para justificar a adopção de um formato único nos projectos internacionais. A escolha recaiu sobre o formato UNIMARC, de entre os vários formatos possíveis para troca, basicamente pelas vantagens óbvias em termos de normalização que à partida apresentava e que, seguidamente, enunciamos:

1º - Estrutura do formato

A estrutura do formato UNIMARC implementa a norma ISO 2709, nas suas opções de base: dois indicadores por campo, códigos de subcampos de dois caracteres e entradas de directoria de doze caracteres.

Pode-se argumentar que esta situação é comum a múltiplos formatos e que na prática, a implementação desta norma permite a um sistema construído para ler um formato de tipo MARC identificar os pontos de início e final dos campos de um outro formato mas não lhe permite identificar os dados existentes nos campos.

A implementação da ISO 2709 não dispensa que tenham de ser elaborados programas especiais de conversão entre formatos ou seja, só normaliza a estrutura. É, no entanto, um factor básico de escolha de importância determinante.

2º - Definição do conteúdo

A fim de que um sistema possa não só ler mas também "compreender" os dados recebidos é preciso que a definição do conteúdo (etiquetas, indicadores, códigos de subcampos) siga a mesma norma.

O formato UNIMARC é uma norma para a definição do conteúdo tal como os outros formatos MARC e, por exemplo, o CCF (Common Communication Format). No entanto, só o formato UNIMARC, de entre todos, se apresenta mais estável, por ter sido concebido num contexto internacional e sob a responsabilidade da IFLA e ao mesmo tempo mais regulamentado, em termos de manutenção. Ao contrário do que sucede com os formatos nacionais que estão sempre a sofrer alterações e que dão origem a inúmeras versões e a múltiplos programas de conversão, o formato UNIMARC é mantido pela IFLA e só pode ser alterado por esta organização através da fundamentação para o efeito apresentada pelo Comité Permanente do UNIMARC.

Longe de ser um defeito, a estabilidade (que não significa estatismo ou imobilismo) facilita a aceitação internacional. O caso do CCF parece-nos ser paradigmático da situação contrária: com efeito, este formato internacional desenvolvido pela Unesco é tão flexível que cada aplicação pode escolher as alterações que pretende introduzir. Na prática, quando se pretende a comunicação entre sistemas já não há hipótese de grande entendimento se cada um transforma o formato como entende.

3º - Ambito de aplicação

Um formato para uso internacional deve-se poder aplicar a uma larga variedade de tipos de documentos. Só assim fica demonstrada a sua extensão e o seu potencial de adaptação e crescimento.

O formato UNIMARC, depois da 2ª edição de 1987, apresenta-se com um notável âmbito de aplicação que cobre material textual impresso e manuscrito, materiais cartográficos, visual gráfico, audiovisual, ficheiros de computador, artefactos a três dimensões, etc.

O formato UNIMARC reflete afinal os mesmos princípios que a ISBD(G) ou seja, pretende apresentar-se como uma estrutura flexível e adaptável a todos os tipos de documentos mas coerente e normativa na forma de os descrever. Há, por conseguinte, um conjunto maioritário de campos comuns à descrição bibliográfica e de conteúdo e há os campos específicos julgados oportunos para melhor caracterizar materiais especiais.

Dentro do princípio de manutenção do formato, que atrás referimos, compete, desde Junho de 1991, ao Comité Permanente do UNIMARC, criado sob os auspícios do IFLA UBCIM Programme, prover à necessidade de actualização do formato, propondo a criação de campos adaptados, por exemplo, à descrição de materiais especiais que ainda não tenham sido contemplados na edição de 1987. O Comité recebe propostas vindas de instituições e/ou de personalidades idóneas e analisa-as durante as suas reuniões de trabalho a fim de avaliar a pertinência dos objectivos. Sendo aprovadas, serão incorporadas no Manual UNIMARC e distribuídas a quem o solicitar ao IFLA UBCIM.

Neste âmbito está a ser estudada uma proposta para a descrição de partes componentes, de modo a tornar o UNIMARC mais consentâneo com a publicação da IFLA "Guidelines for component parts" e ao mesmo tempo aproximá-lo da descrição-tipo de

analíticos que encontramos em bases de dados ditas comerciais. Também estão em análise propostas para melhor adequação à descrição do livro antigo e de certos tipos de materiais especiais, nomeadamente os microfilmes.

4º - Flexibilidade de utilização

Este último requisito revela-se também fundamental para um formato internacional e tem a ver, essencialmente, com o nível de exaustividade requerido para o registo bibliográfico.

Ora, efectivamente, o formato UNIMARC apesar de pressupôr larga quantidade de campos, tem um mínimo de campos obrigatórios o que permite criar tanto registos de nível abreviado como de nível médio ou completo ficando ao critério da agência bibliográfica nacional e/ou da biblioteca ou sistema que o implementa, estabelecer os seus próprios princípios.

Num contexto internacional, este aspecto assegura confiança e adesão ao formato porquanto a sua utilização salvaguarda a individualidade ou a peculiaridade de soluções nacionais e até mesmo locais.

Não se confunda, porém flexibilidade com permissividade. No primeiro caso, cujo exemplo melhor é, sem dúvida, o formato UNIMARC, há um conjunto importante de campos cuja finalidade e âmbito de utilização estão regulamentados no Manual e que devem servir exclusivamente para os fins a que foram destinados sob pena de perda de pertinência na informação registada.

No segundo caso, que sucede, por exemplo, com o formato CCF da UNESCO cada utilizador potencial pode redefinir até o próprio conteúdo do registo, impossibilitando assim qualquer solução ou prática comum e, obviamente, invalidando as hipóteses de utilização conjunta em projectos de âmbito internacional.

Acresce ainda que o formato UNIMARC possui a flexibilidade bastante para acomodar práticas e usos locais ou nacionais pela abertura que dá à utilização do bloco 9.

Nessas etiquetas (ou nessa terminação de etiqueta) ficam os utilizadores do UNIMARC com todas as possibilidades de registar informações relativas ao exemplar e/ou à biblioteca, incluindo aspectos relativos a aquisições, processamento, acesso, disponibilidade para empréstimo, estado de conservação, proveniência, para além da cota, número de registo, localização, existência de duplicados, microfilme etc.

Curiosamente, este tipo de dados apresenta fortes tendências a ser também objecto de normalização dentro do formato UNIMARC. São várias as sugestões que, nesse sentido têm sido feitas quer directamente ao Comité Permanente do UNIMARC quer em reuniões internacionais, prevendo-se, portanto, que de futuro, possam vir a desenvolver-se soluções internacionais também para os dados locais tendo sempre em vista a questão fundamental que é a utilização de um formato único que possa servir o maior número de utilizadores e de forma normalizada.

A ponderação destes factores que enunciámos tem permitido, nestes últimos anos, que o formato UNIMARC seja escolhido para suporte de projectos bibliográficos internacionais, nomeadamente, no âmbito da Comunidade Europeia. Referimos, apenas, os projectos

no âmbito da Comunidade Europeia. Referimos, apenas, os projectos que já estão em curso:

- O Projecto Bibliotecas Nacionais em CD-ROM, iniciado em 1990, tem como objectivo a partilha de informação entre bibliotecas nacionais europeias através da produção de um CD-ROM com as bibliografias nacionais de Portugal, Itália, Holanda e Dinamarca e de um outro com bibliografia infantil dos mesmos países e ainda de Inglaterra, Alemanha e França.
- Projecto EROMM (European Register of Microform Masters) Tem como objectivo a constituição de uma base de dados europeia para registos de matrizes de obras microfilmadas, a fim de mais facilmente se rentabilizarem os custos da microfilmagem, se aceder a cópias dos documentos e se preservar o documento primário.

Outros projectos pretendem utilizar como formato único o formato UNIMARC e até entre a comunidade europeia de editores e livreiros há a intenção de adoptar o UNIMARC a fim de conciliar, num único formato, as bases de dados de livros disponíveis com as bases de dados bibliográficas, provenientes de bibliotecas.

Portugal, por intermédio da Biblioteca Nacional, ao escolher o formato UNIMARC fez, de facto, a escolha certa. As críticas que, de vários quadrantes, nos chegam às vezes questionando a necessidade de existência do formato, alegando que é difícil, afirmando que não é adequado porque lhe falta tal ou tal pormenor, enfermam, a nosso ver, de uma visão muito limitada sobre a normalização biblioteconómica. Aliás, deve dizer-se que essas críticas são, em regra, formuladas por quem nada percebe (ou muito pouco) de técnicas documentais já para não falar da ignorância que revelam relativamente à verdadeira posição que o formato UNIMARC ocupa no contexto internacional.

A intenção destas palavras foi, precisamente, relatar o que se está a passar, sobretudo no quadro da cooperação europeia no domínio das bases de dados, com o formato UNIMARC.

A sua ampla utilização e o interesse que suscita são, no fundo, um reflexo da política de cooperação e partilha de recursos que, neste final de século, é a tónica dominante quando se trata da disponibilidade de informação.